

PORTUGUÊS

01) A seguir, identifique a alternativa que apresenta concordância INCORRETA:

- A) () Reforma da Previdência e SUS subfinanciado: menos qualidade de vida, por Ana Luíza Matos de Oliveira.
- B) () OAB é proibida de acompanhar abertura de materiais apreendido em escritórios.
- C) () Um novo Congresso é necessário, é possível e vai ser pelo voto.
- D) () Buscas em Brumadinho ainda não têm data para acabar, dizem bombeiros.
- E) () Fabricante de carros diz que vai manter motoristas longe de germes e doenças.

02) Leia atentamente as alternativas e identifique aquela em que o verbo “ser” está no pretérito perfeito do indicativo:

- A) () Pois eu estava preso e fostes me visitar, por Sergio Saraiva.
- B) () Produção de 'Éramos Seis' recruta crianças para o elenco.
- C) () Chris Cornell: Nirvana e Radiohead eram dos melhores álbuns dos 90.
- D) () 'Não seremos paraíso dos bandidos', diz Bolsonaro sobre confissão de Battisti.
- E) () Gleisi: “Para os poderosos, Mourão seria a solução”.

03) Identifique a manchete que apresenta palavra em desacordo com a nossa Ortografia oficial:

- A) () Ônibus da linha 464 param de circular após falência da empresa.
- B) () Objetos rotativos mais rápidos do mundo vão estudar vacuo e física quântica.
- C) () Cônsul da França visita a UFPB e planeja novas parcerias internacionais.
- D) () Justiça manda a júri popular ex-prefeito acusado de desviar cilindro de oxigênio para bombear chope.
- E) () Laranja é a cor mais quente em projetos sociais ligados ao tênis.

04) Indique a opção em que o emprego da crase está correto:

- A) () A redação deve ser realizada inicialmente à lápis.
- B) () Léo e Rubens começaram à discutir no restaurante sobre a crise política no atual governo.
- C) () Meus pais retornaram à casa quando anoiteceu.
- D) () Bacalhau à moda portuguesa faz sucesso.
- E) () Cláudio não vai à diversões nem à festas de aniversário de ninguém.

05) Assinale a opção cujo uso da vírgula está adequado:

- A) () Moro o ministro da Justiça, e Segurança Pública, apresentou, pacote contra a corrupção.
- B) () O espetáculo, se inicia no fim da tarde, aliás à noitinha.
- C) () Mariana gosta de pintura; eu, de desenho.
- D) () Brasília 28 de março, de 2019.
- E) () Plínio, adquiriu uma cota, de consórcio imobiliário; Gilda uma cota de consórcio de automóvel.

06) Na frase a seguir há palavras com dígrafos, identifique-as:

“Carreira de atleta no passado explica problemas cardíacos de treinadores.”

- A) () carreira; explica;
- B) () carreira; passado;
- C) () problemas; treinadores;
- D) () explica; treinadores;
- E) () cardíacos; treinadores.

07) Todos os substantivos são do gênero masculino em:

- A) () derme; pose; clarinete.
- B) () diagrama; herpes; dinamite.
- C) () mascote; cal; espuma.
- D) () eczema; hematoma; plasma.
- E) () sósia; alface; hélice.

08) Analise atentamente os itens abaixo quanto aos parônimos:

- I. Comprimento = extensão; cumprimento = ato de cumprir, saudação.
- II. Deferimento = concessão, atendimento; diferimento = adiamento, dilação.
- III. Discriminar = inocentar; discriminar = distinguir.
- IV. Incipiente = que está no início, iniciante; insipiente = ignorante, tolo, simples.

Assinale a alternativa correspondente:

- A) () Um parônimo da opção I está incorreto.
- B) () Um parônimo da opção II está incorreto.
- C) () Um parônimo da opção III está incorreto.
- D) () Um parônimo da opção IV está incorreto.
- E) () Os parônimos I, II, III e IV estão corretos.

09) Leia com atenção os itens dados e, seguindo a sequência (de cima para baixo), relacione os pronomes sublinhados corretamente:

- I. 'Vai dar para botar algum dinheiro', diz Guedes sobre o Minha Casa Minha Vida.
- II. Dólar perto dos R\$ 4,00: quem ganha e quem perde na bolsa?
- III. Depósito de R\$ 100 mil na conta de Ronnie Lessa foi feito por ele próprio no banco, diz polícia.
- IV. 'Quer casar comigo?': Segurança pede namorada em casamento com frase escrita em pizza.

Assinale a alternativa correspondente:

- A) () Pronome demonstrativo; pronome indefinido; pronome demonstrativo; pronome oblíquo.
- B) () Pronome demonstrativo; pronome indefinido; pronome oblíquo; pronome oblíquo.
- C) () Pronome pessoal; pronome demonstrativo; pronome indefinido; pronome oblíquo.
- D) () Pronome indefinido; pronome indefinido; pronome demonstrativo; pronome oblíquo.
- E) () Pronome indefinido; pronome oblíquo; pronome indefinido; pronome reto.

10) "Cerca de dois terços do corpo humano são constituídos de água, assim como a superfície da terra.", o termo destacado na frase pode ser substituído, sem causar alteração, por:

- A) () Visto de
- B) () Ao redor de
- C) () Longe de
- D) () Além de
- E) () Aproximadamente

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Responda as questões de nºs 11 a 15 de acordo com a atual CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL:

11) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação constitui um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Desse modo, assinale a alternativa que NÃO condiz com os direitos e deveres individuais e coletivos expressos na nossa Constituição Federal:

- A) () Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;
- B) () É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;
- C) () É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;
- D) () Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;
- E) () A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção, e, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

12) Qual o remédio constitucional que devemos buscar na falta de norma regulamentadora que torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania?

- A) () Mandado de Injunção
- B) () Mandado de Segurança
- C) () Habeas-corpus
- D) () Habeas-data
- E) () Ação Popular

- 13)** Estabelece as normas dos direitos políticos que são condições de elegibilidade municipal, na forma da lei: a nacionalidade brasileira; o pleno exercício dos direitos políticos; o alistamento eleitoral; bem como:
- A) () o domicílio eleitoral na circunscrição; a filiação partidária; a idade mínima de dezoito anos para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador.
 - B) () o domicílio eleitoral na circunscrição; a filiação partidária; a idade mínima de dezoito anos para Prefeito e Vice-Prefeito.
 - C) () o domicílio eleitoral na circunscrição; a filiação partidária; a idade mínima de vinte e um anos para Prefeito e, dezoito anos para Vice-Prefeito.
 - D) () o domicílio eleitoral na circunscrição; a filiação partidária; a idade mínima de dezoito anos para Vereador.
 - E) () o domicílio eleitoral na circunscrição; a filiação partidária; a idade mínima de vinte e um anos para Vereador.

14) São características do imposto sobre propriedade territorial rural:

- I. A instituição do imposto sobre propriedade territorial rural é de competência do Município;
- II. O imposto será progressivo e terá suas alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas;
- III. Não incidirá sobre pequenas glebas rurais, definidas em lei, quando as explore o proprietário que não possua outro imóvel;
- IV. Será fiscalizado e cobrado pelo Município que assim optar, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.

Assinale a alternativa correspondente:

- A) () As afirmativas II, III e IV estão corretas.
- B) () Somente as afirmativas I e III estão corretas.
- C) () Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- D) () Somente a afirmativa II está correta.
- E) () Somente a afirmativa III está correta.

15) Em relação a repartição das receitas tributárias, podemos afirmar que pertence ao Município:

- A) () Setenta e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seu território.
- B) () Cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.
- C) () Trinta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados, produzidos em seu território.
- D) () O produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.
- E) () Cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários realizados em seu território.

Responda as questões de nºs 16 a 19 de acordo com a Lei Orgânica do Município de Pompeia, atualizada até a Emenda à Lei Orgânica nº 64, de 13 de junho de 2017.

16) O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal composta de onze vereadores eleitos e investidos na forma da legislação federal para uma legislatura de quatro anos. Sobre o Poder Legislativo do Município de Pompeia, podemos afirmar corretamente:

- A) () A Câmara Municipal deve se reunir em sessões ordinárias ou extraordinárias, conforme dispõe o seu Regimento Interno. Quanto as sessões ordinárias, estas serão realizadas todas às segundas-feiras com início às nove horas, durante a sessão legislativa, independentemente de convocação. E, as sessões extraordinárias serão realizadas em qualquer dia ou horário, devendo os Vereadores serem comunicados com antecedência mínima de quarenta e oito horas, por escrito.
- B) () A Câmara Municipal poderá ser convocada extraordinariamente nos períodos de recesso: pelo Prefeito; ou por eleitor do Município de Pompeia, quando este entender necessário; ou por um terço dos Vereadores da Câmara Municipal.
- C) () A Mesa da Câmara se compõe do Presidente, do Vice-Presidente, do Contador Legislativo, do Procurador Jurídico Legislativo e do Secretário, os quais se substituirão nessa ordem. O mandato da Mesa é de dois anos, permitida uma única recondução desde que seja para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

D) () Dentre outras atribuições, compete ao Presidente da Câmara: devolver à Tesouraria da Prefeitura o saldo de caixa existente no final de cada exercício financeiro.

E) () Compete à Mesa da Câmara, dentre outras atribuições: assinar os Autógrafos dos projetos de lei destinados à sanção e promulgação pelo Chefe do Executivo.

17) Os Vereadores são invioláveis no exercício do mandato e na circunscrição do Município de Pompeia, por suas opiniões, palavras e votos. Considerando as normas relativas aos Vereadores de Pompeia, marque (V) para o item Verdadeiro e (F) para o Falso:

() Não perderá o mandato aquele Vereador que esteja licenciado pela Câmara, por motivo de doença devidamente comprovada, sem prejuízo da remuneração nos primeiros quinze dias, devendo a partir do décimo sexto dia ser custeada pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

() Perderá o mandato o Vereador que perder os direitos políticos. No caso, aquele Vereador que tiver suspensos os seus direitos políticos não perderá o mandato, desde que o período de suspensão não ultrapasse cento e oitenta dias da Sessão Legislativa.

() É vedado ao Vereador, desde a expedição do diploma, firmar ou manter contrato com as empresas concessionárias de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.

() É vedado ao Vereador, desde a posse, ocupar cargo, função ou emprego, na Administração Pública Direta ou Indireta do Município, de que seja exonerável “ad nutum”, salvo o cargo de Secretário Municipal ou Diretor equivalente desde que se licencie do exercício do mandato.

Assinale a alternativa que traz a sequência correta (de cima para baixo):

A) () F – F – V – F

B) () V – V – V – F

C) () V – F – V – V

D) () F – F – F – V

E) () F – V – V – F

18) A iniciativa das leis cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara Municipal, ao Prefeito e aos cidadãos, na forma e nos prazos previstos na Lei Orgânica. Assinale a alternativa INCORRETA considerando as normas sobre o processo legislativo municipal de Pompeia:

A) () São das competências exclusivas da Mesa da Câmara Municipal as iniciativas dos Projetos de Resolução que: autorizem a abertura de créditos suplementares ou especiais, mediante a anulação total ou parcial de dotação orçamentária da Câmara Municipal; criem, transformem ou extingam cargos, empregos e funções dos serviços da Câmara Municipal e fixem a respectiva remuneração; dentre outros.

B) () São das competências exclusivas do Prefeito as iniciativas dos projetos de Lei sobre: Plano Plurianual; Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária do Município; Plano Diretor; Código Tributário do Município; Estatuto dos Servidores Municipais; dentre outros.

C) () São os casos em que o Presidente ou o seu substituto só terá direito a voto: na eleição da Mesa e das Comissões Permanentes; quando a matéria exigir para a sua aprovação o voto favorável de dois terços dos membros da Câmara; quando houver empate em qualquer votação no Plenário.

D) () O Prefeito poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa. Solicitada a urgência, a Câmara deverá manifestar-se em até trinta dias, contados da data em que for feita a solicitação.

E) () Deverá ser aprovada pelo voto da maioria absoluta dos vereadores, em dois turnos de discussão e votação, o projeto de Lei Complementar que visa alterar o Regimento Interno da Câmara Municipal.

19) São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo. O Município de Pompeia, parte integrante da República Federativa do Brasil e do Estado de São Paulo, exerce a autonomia política, legislativa, administrativa e financeira, que lhe é assegurada pela Constituição da República, nos termos da Lei Orgânica do Município. Assinale a alternativa que NÃO condiz com as normas da Lei Orgânica do Município de Pompeia:

A) () Os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores serão fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, em cada legislatura para a subsequente, até o dia 30 de setembro do ano em que se realizarem as eleições municipais.

B) () Compete ao Prefeito, entre outras atribuições, a de colocar à disposição da Câmara, dentro de dez dias de sua requisição, as quantias que devam ser despendidas de uma só vez e até o dia 20 de cada mês, os recursos correspondentes às suas dotações orçamentárias, compreendendo os créditos especiais e suplementares.

C) () A remuneração dos servidores da Administração direta e indireta do Município, inclusive os da Câmara Municipal, deverá ser paga até o quinto dia do mês subsequente.

D) () A administração pública direta e indireta do Município obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como a de que a concessão de reajustes de

salários dos servidores da Administração direta e indireta do Município será concedida sempre na mesma data, ficando vedada a diferença de índice e o escalonamento de percentuais.

E) () Ao servidor público com exercício de mandato eletivo investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens do seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.

Responda as questões de nºs 20 a 22 de acordo com o REGIMENTO INTERNO da Câmara Municipal de Pompeia, atualizada até a Resolução nº 23, de 13 de junho de 2017.

20) As Comissões são órgãos técnicos compostos de Vereadores, com a finalidade de proceder estudos, emitir pareceres especializados, realizar investigações e representar o Poder Legislativo, podendo ser Permanentes ou Temporárias. Assinale a alternativa que NÃO condiz com os conceitos e definições das Comissões da Câmara Municipal de Pompeia:

A) () As Comissões Permanentes têm por objetivo estudar e emitir pareceres sobre matéria submetida a seu exame, e podem ainda realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil.

B) () Compete à Comissão de Finanças e Orçamento emitir parecer sobre todos os projetos de caráter financeiro e especialmente sobre proposições referentes à matéria tributária, abertura de créditos adicionais, empréstimos públicos e as que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município, acarretem responsabilidade ao erário municipal ou interessem ao crédito público.

C) () As Comissões Parlamentares de Inquérito serão constituídas mediante Requerimento subscrito por, no mínimo, um terço dos membros da Câmara e destinar-se-ão a apurar irregularidades sobre o fato determinado e por prazo certo, a qual terá poderes de investigação, além de outros previstos em lei e no Regimento Interno.

D) () Compete à Comissão de Justiça e Redação manifestar-se sobre todos os assuntos entregues à sua apreciação, quanto ao seu aspecto constitucional e legal, principalmente quanto ao Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

E) () As Comissões Processantes destinam-se, entre outras atribuições, à aplicação de procedimento instaurado em face de representação contra membros da Mesa da Câmara, por infrações previstas na Lei Orgânica e no Regimento Interno cominadas com destituição.

21) Quanto à Proposição que é toda matéria sujeita à deliberação do Plenário, aponte a assertiva correta:

A) () Requerimento é a proposição da Câmara manifestando apoio, aplauso, protesto, repúdio, apelo ou hipotecando solidariedade.

B) () Projeto de decreto legislativo é a proposição de competência privativa da Câmara Municipal que excede os limites de sua economia interna não sujeita à sanção do Prefeito e cuja promulgação compete ao Presidente da Câmara, como a concessão de título de cidadão honorário ou qualquer outra honraria, entre outras matérias.

C) () Indicação é a proposição apresentada como acessória de outra. As indicações podem ser Aditivas, Modificativas, Substitutivas ou Supressivas.

D) () Os recursos contra atos do Presidente, da Mesa da Câmara ou de Presidente de Comissão serão interpostos dentro do prazo de cinco dias úteis, contados da data da ocorrência, através de Projeto de Resolução dirigido à Presidência.

E) () Veto é o Projeto de Lei, de Decreto Legislativo ou de Resolução apresentado por Vereador ou Comissão para substituir outro já em tramitação sobre o mesmo assunto.

22) Recebido o processo do Tribunal de Contas do Estado referente às contas prestadas pelo Prefeito com o respectivo parecer prévio, a Mesa, independente de leitura em Plenário, mandará distribuir cópias dos mesmos aos Vereadores e enviará o processo à respectiva Comissão Permanente. Considerando as disposições sobre o julgamento das contas do Prefeito, leia e julgue as afirmativas dadas abaixo:

I. Quando o Parecer da competente Comissão Permanente concluir pela rejeição das contas for contrário ao parecer do Tribunal de Contas, o Prefeito terá o prazo mínimo de cinco dias, após o recebimento da notificação, para apresentar defesa, que poderá ser escrita ou oral perante os Vereadores.

II. A Câmara Municipal tem o prazo máximo de 90 (noventa) dias para julgar as contas do Prefeito a contar do recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas.

III. O Parecer do Tribunal de Contas somente poderá ser rejeitado por decisão de dois terços dos membros da Câmara.

IV. Rejeitadas as contas pela Câmara Municipal, serão imediatamente remetidas ao Ministério Público, para os devidos fins.

Assinale a alternativa correspondente:

A) () As afirmativas I, II, III e IV estão corretas.

B) () Somente as afirmativas III e IV estão corretas.

- C) () Somente a afirmativa IV está correta.
- D) () Somente a afirmativa II está incorreta.
- E) () As afirmativas II e III estão incorretas.

Responda as questões de nºs 23 e 24 de acordo com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e atualizações, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

23) Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados documentação relativa a habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista, bem como cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal. Esta última exigência garantida na nossa Constituição Federal condiz a(o):

- A) () Documentação de prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
- B) () Direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- C) () Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.
- D) () Documentação relativa a prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- E) () Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

24) Os crimes definidos na Lei de Licitações e Contratos, ainda que simplesmente tentados, sujeitam os seus autores, quando servidores públicos, além das sanções penais, à perda do cargo, emprego, função ou mandato eletivo. Assinale a alternativa que condiz com as normas sobre as sanções administrativas e da tutela judicial:

- A) () Os crimes definidos na Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666 de 1993) são de ação penal pública incondicionada, cabendo ao Ministério Público promovê-la.
- B) () A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração Pública, caracteriza o descumprimento parcial da obrigação assumida, sujeitando-o à aplicação de penalidade de multa e advertência.
- C) () Sujeita-se à aplicação de penalidade de multa e advertência, aquele que fraudar, em prejuízo da Fazenda Pública, licitação instaurada para aquisição ou venda de bens ou mercadorias, ou contrato dela decorrente entregando uma mercadoria por outra.
- D) () Dos atos da Administração Pública decorrente de habilitação ou inabilitação de licitante cabem recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, e, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, quanto ao julgamento das propostas.
- E) () A pena de multa cominada na Lei de Licitações e Contrato (Lei nº 8.666 de 1993) consiste no pagamento de quantia fixada na sentença e calculada em índices percentuais, cuja base corresponderá ao valor de um salário mínimo vigente e, o produto da arrecadação da multa reverterá sempre à Fazenda Federal, que arrecadará e fiscalizará através da Secretaria da Receita Federal.

Responda a questão de nº 25 de acordo com a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a Organização da Assistência Social (LOAS) e dá outras providências, e suas alterações em vigor:

25) O financiamento dos benefícios, serviços, programas e projetos estabelecidos na LOAS far-se-á com os recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, das demais contribuições sociais previstas na Constituição Federal, além daqueles que compõem o Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS. Sobre o financiamento da assistência social, marque (V) para afirmativa Verdadeira e (F) para a Falsa:

- () Cabe ao órgão da Administração Pública responsável pela coordenação da Política de Assistência Social nas 3 (três) esferas de governo gerir o Fundo de Assistência Social, sob orientação e controle dos respectivos representantes do Ministério Público.

- () Os recursos de responsabilidade do Município destinados ao financiamento dos benefícios de prestação continuada deverão ser repassados pelo Conselho Municipal de Assistência Social diretamente ao beneficiário.
- () É condição para os repasses do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal, dos recursos previstos na LOAS, a efetiva instituição e funcionamento do Conselho de Assistência Social, de composição paritária entre governo e sociedade civil; Fundo de Assistência Social, com orientação e controle dos respectivos Conselhos de Assistência Social; e, Plano de Assistência Social.
- () A utilização dos recursos federais descentralizados para os fundos de assistência social dos Municípios será declarada pelos entes recebedores ao ente transferidor, anualmente, mediante relatório de gestão submetido à apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social, que comprove a execução das ações.

Assinale a sequência correta (de cima para baixo):

- A) () F – F – V – V
- B) () F – V – V – F
- C) () F – V – F – V
- D) () V – V – F – F
- E) () V – F – V – F

Responda a questão de nº 26 de acordo com o CDC - Código de Defesa do Consumidor - Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor, e dá outras providências.

26) As cláusulas contratuais serão interpretadas de maneira mais favorável ao consumidor. Considerando as normas sobre os contratos que regulam as relações de consumo, marque (V) para afirmativa Verdadeira e (F) para a Falsa:

- () O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de 15 (quinze) dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio.
- () Aditamento de Contrato é aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo.
- () São nulas de pleno direito as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de serviços que determinem a utilização compulsória de arbitragem.
- () São nulas de pleno direito as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que estabeleçam inversão do ônus da prova em prejuízo do consumidor.

Assinale a alternativa que traz a sequência correta (de cima para baixo):

- A) () V – V – V – F
- B) () F – V – F – V
- C) () F – F – V – V
- D) () V – F – F – F
- E) () V – V – F – F

27) Os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual, serão punidos na forma da Lei 8.429/92, conhecida como Lei da Improbidade Administrativa. Considerando a referida lei, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) () Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.
- B) () Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.
- C) () No caso de enriquecimento ilícito, perderá o agente público os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio.
- D) () Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade no trato dos assuntos que lhe são afetos.
- E) () Não estará sujeito às cominações da referida lei, o sucessor do agente público que causou a lesão ao patrimônio público ou obteve enriquecimento ilícito.

28) A Lei nº 12.846/13, conhecida como Lei Anticorrupção, dispõe sobre a responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira. Nos termos dessa Lei, todas as afirmativas abaixo constituem atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, EXCETO:

- A) () Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada.
- B) () Comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 12.846/13.
- C) () Comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados.
- D) () Obter vantagem ou benefício indevido em qualquer ato de procedimento licitatório, salvo através de quaisquer modificações ou prorrogações de contratos decorrentes de licitações já homologadas.
- E) () Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

29) A Lei nº 12.527/11, conhecida como Lei de Acesso à Informação, dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto na Constituição Federal. Tais procedimentos devem seguir algumas diretrizes, abaixo mencionadas, EXCETO:

- A) () Desenvolvimento da administração financeira da família para maior acesso e informação do Estado;
- B) () Observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;
- C) () Divulgação de informações de interesse público;
- D) () Utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;
- E) () Fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública.

30) Marque a alternativa INCORRETA, considerando o inquérito policial, tratado no Código de Processo Penal Brasileiro:

- A) () Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito caberá recurso para o Chefe de Polícia.
- B) () Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial, e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito.
- C) () O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado.
- D) () Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.
- E) () Todo requerimento do ofendido que pede a abertura de inquérito policial, não poderá se abster da narração dos fatos com todas as circunstâncias, da nomeação de testemunhas e da individualização do indiciado.

31) Aponte a alternativa que NÃO condiz com os termos da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho:

- A) () Considera-se como de serviço efetivo o período em que o empregado esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens, salvo disposição especial expressamente consignada.
- B) () Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário. Poderá haver distinções relativas à espécie de emprego e à condição de trabalhador, inclusive entre o trabalho intelectual, técnico e manual.
- C) () Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra, ou ainda quando, mesmo guardando cada uma sua autonomia, integrem grupo econômico, serão responsáveis solidariamente pelas obrigações decorrentes da relação de emprego.
- D) () Equiparam-se ao empregador, para os efeitos exclusivos da relação de emprego, os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos, que admitirem trabalhadores como empregados.
- E) () Computar-se-ão, na contagem de tempo de serviço, para efeito de indenização e estabilidade, os períodos em que o empregado estiver afastado do trabalho prestando serviço militar e por motivo de acidente do trabalho.

32) Assinale a alternativa que NÃO condiz com as normas do Código de Processo Civil:

- A) () A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
- B) () Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.
- C) () Toda tutela de urgência não pode ser concedida liminarmente.
- D) () A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.
- E) () A tutela de urgência de natureza cautelar pode ser efetivada mediante arresto, sequestro, arrolamento de bens, registro de protesto contra alienação de bem e qualquer outra medida idônea para assecuração do direito.

33) Assinale a alternativa INCORRETA, considerando a sentença judicial, na forma do Código de Processo Civil:

- A) () O juiz não resolverá o mérito quando em caso de morte da parte, a ação for considerada intransmissível por disposição legal.
- B) () A sentença terá como elemento essencial, o relatório, que conterà os nomes das partes, a identificação do caso, com a suma do pedido e da contestação, e o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo.
- C) () Se, depois da propositura da ação, algum fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito influir no julgamento do mérito, caberá ao juiz tomá-lo em consideração, impreterivelmente por requerimento da parte, no momento de proferir a decisão.
- D) () O juiz não resolverá o mérito quando, por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias.
- E) () A decisão judicial deve ser interpretada a partir da conjugação de todos os seus elementos e em conformidade com o princípio da boa-fé.

34) Identifique a alternativa INCORRETA, considerando o processo de conhecimento no Código de Processo Civil:

- A) () Suspende-se o processo pela admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas.
- B) () Motivo de força maior não admite suspensão do processo, o juiz determinará a extinção processual.
- C) () Durante a suspensão é vedado praticar qualquer ato processual, podendo o juiz, todavia, determinar a realização de atos urgentes a fim de evitar dano irreparável, salvo no caso de arguição de impedimento e de suspeição.
- D) () Se o conhecimento do mérito depender de verificação da existência de fato delituoso, o juiz pode determinar a suspensão do processo até que se pronuncie a justiça criminal.
- E) () Antes de proferir decisão sem resolução de mérito, o juiz deverá conceder à parte oportunidade para, se possível, corrigir o vício.

35) No processo de execução do Código de Processo Civil, é INCORRETO afirmar:

- A) () O juiz deve, impreterivelmente, até a fase de saneamento do processo, determinar que sujeitos indicados pelo exequente forneçam informações em geral relacionadas ao objeto da execução, tais como documentos e dados que tenham em seu poder, assinando-lhes prazo razoável.
- B) () O juiz poderá, de ofício ou a requerimento, determinar as medidas necessárias ao cumprimento da ordem de entrega de documentos e dados.
- C) () O exequente tem o direito de desistir de toda a execução ou de apenas alguma medida executiva.
- D) () O exequente ressarcirá ao executado os danos que este sofreu, quando a sentença, transitada em julgado, declarar inexistente, no todo ou em parte, a obrigação que ensejou a execução.
- E) () A cobrança de multas ou de indenizações decorrentes de litigância de má-fé ou de prática de ato atentatório à dignidade da justiça será promovida nos próprios autos do processo.

36) São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno. Todos os itens abaixo são bens públicos, EXCETO:

- A) () Os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.
- B) () Praias marítimas, ilhas fluviais e oceânicas e propriedades intelectuais.
- C) () Os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias.
- D) () Os de uso comum do povo, tais como ruas e praças.
- E) () Os rios, mares e estradas.

37) Assinale a alternativa INCORRETA em relação as normas dos defeitos do negócio jurídico do Código Civil:

A) () Pode ser anulado o negócio jurídico por dolo de terceiro, se a parte a quem aproveite dele tivesse ou devesse ter conhecimento; porém, ainda que subsista o negócio jurídico, o terceiro responderá por todas as perdas e danos da parte ludibriada.

B) () São anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.

C) () Nos negócios jurídicos bilaterais, o silêncio intencional de uma das partes a respeito de fato ou qualidade que a outra parte haja ignorado, constitui omissão dolosa, provando-se que sem ela o negócio não se teria celebrado.

D) () Vicia o negócio jurídico a coação exercida por terceiro, se dela tivesse ou devesse ter conhecimento a parte a que aproveite, e esta responderá solidariamente com aquele por perdas e danos.

E) () O erro não prejudica a validade do negócio jurídico quando a pessoa, a quem a manifestação de vontade se dirigir, se oferecer para executá-la na conformidade da vontade real do manifestante.

38) No Código Civil, a parte especial que trata do direito das obrigações, elenca alguns artigos que trata da obrigação de dar coisa certa ou incerta, da obrigação de fazer ou não fazer e de obrigações alternativas. A respeito, assinale a assertiva INCORRETA:

A) () Nas coisas determinadas pelo gênero e pela quantidade, a escolha pertence ao devedor, se o contrário não resultar do título da obrigação; mas não poderá dar a coisa pior, nem será obrigado a prestar a melhor.

B) () Incorre na obrigação de indenizar perdas e danos o devedor que recusar a prestação a ele só imposta, ou só por ele exequível.

C) () Extingue-se a obrigação de não fazer, desde que, sem culpa do devedor, se lhe torne impossível abster-se do ato, que se obrigou a não praticar.

D) () A obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dela embora não mencionados, mesmo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso.

E) () Nas obrigações alternativas, se todas as prestações se tornarem impossíveis sem culpa do devedor, extinguir-se-á a obrigação.

39) Relações de parentesco no Código Civil definem uma série de vínculos que têm implicância em todos os demais atos da vida da pessoa. A respeito, assinale a assertiva INCORRETA:

A) () Contam-se, na linha reta, os graus de parentesco pelo número de gerações, e, na colateral, também pelo número delas, subindo de um dos parentes até ao ascendente comum, e descendo até encontrar o outro parente.

B) () O parentesco por afinidade limita-se aos ascendentes, aos descendentes e aos irmãos do cônjuge ou companheiro. Na linha reta, a afinidade não se extingue com a dissolução do casamento ou da união estável.

C) () São parentes em linha colateral ou transversal, até o quarto grau, as pessoas provenientes de um só tronco, sem descenderem uma da outra.

D) () O parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consanguinidade ou outra origem.

E) () São parentes em linha reta as pessoas que estão umas para com as outras na relação de ascendentes e descendentes.

40) A Lei nº 6.015, de 31/12/1973, dispõe sobre os Registros Públicos. São passíveis de averbação e não de registros nos cartórios oficiais, os casos citados na assertiva:

A) () As sentenças que deferirem a legitimação adotiva.

B) () As sentenças declaratórias de ausência.

C) () Interdições e emancipações.

D) () As escrituras de adoção e os atos que a dissolverem.

E) () As opções de nacionalidade.